

https://docs.google.com/a/fonasc-cbh.org.br/viewer?a=v&pid=gmail&attid=0.1&thid=13a1f0eaaca76e06&mt=application/vnd.openxmlformats-officedocument.wordprocessingml.document&url=https://mail.google.com/mail/?ui%3D2%26ik%3D3b16fb9297%26view%3Datt%26th%3D13a1f0eaaca76e06%26attid%3D0.1%26disp%3Dsafe%26zw&sig=AHIEtbQrK8AU7_W4ie_vwV_I5aHuxtfvZQ

Entrevista

JOSÉ ALBERTO PINHEIRO VIEIRA

Natural de São Luiz Gonzaga-Missões-RS e nascido em 23/09/1947 João Alberto Pinheiro Vieira, graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela IESA- Santo Ângelo, pós-graduado em Gestão de Agronegócios pela URI - São Luiz Gonzaga, com curso de Introdução à Engenharia Ambiental, pela ULBRA-Canoas. Ambientalista, com atuação comunitária, reconhecido pela Câmara de Vereadores, de São Luiz Gonzaga, com a comenda “José Lutzemberger”, título concedido pelo reconhecimento na atuação em defesa do meio Ambiente.

Ainda quando estudante de direito, exercia a atividade de representante comercial. Mais tarde, estabelecido com escritório de serviços e como comerciante no ramo de produtos agrícolas, onde atuou por 30 anos, em São Luiz Gonzaga-RS, ingressou para a vida pública e foi Secretário Municipal de Administração e também de Agricultura e Pecuária. Além disso, foi vereador municipal, tendo ocupado o cargo de presidente da Câmara Municipal de Vereadores, e de presidente da Comissão de meio ambiente.

Hoje aposentado dedicado às causas sociais e ambientais. Atualmente, membro titular do CNRH-(Conselho Nacional de Recursos Hídricos), no segmento ONGs - Organizações não governamentais, representando o Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacia - FONASC-CBH, presidente do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Piratinim, presidente da ARFOR -Associação de Reposição Florestal Regional, presidente da CTAS-CRH - Câmara Técnica de Águas Subterrâneas do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, membro da Comissão de Formação do Comitê Interestadual e Transfronteiriço do Rio Uruguai e membro titular do CONESAN - Conselho Estadual de Saneamento.

Participa também do Rotary Club de São Luiz Gonzaga, onde é filho de sócio fundador deste Clube, onde já exerceu o cargo de vice-presidente, secretário, Protocolo, membro da comissão de serviços Internacionais e atualmente é presidente para gestão 2012-2013.

José Alberto, há quanto tempo atua na gestão das águas e participa do Fonasc?

Aproximadamente há dezoito anos. Ao participar de uma palestra sobre “Aquífero Guarani”, senti-me despertado pelo desconhecido destas águas que permeiam com abundância a região onde vivo. A partir deste momento fui agregando participações em eventos de cunho ambiental, buscando literaturas, pesquisando, com o sentimento de participar e crescer dentro deste processo.

Partindo do pensamento de que: “O homem deve conhecer os caminhos de sua aldeia”.

O encantamento pelas questões ambientais me levou a conhecer o que palpitava neste segmento, em minha cidade. Foi quando realizei um trabalho para conhecer as nascentes hídricas no perímetro urbano de São Luiz Gonzaga. Cataloguei 28 vertentes, apenas na ala norte da cidade e conheci a história de muitas delas, através do conhecimento de moradores antigos que contaram a história de sua participação na vida e desenvolvimento de nossa cidade.

Mais adiante realizei um trabalho de buscar evidências sobre a presença do Aquífero Guarani, sua vida e utilização, bem como, manifestações de convivência social em nossa cidade, com este recurso natural. Este trabalho me oportunizou participar de um encontro de história ambiental, em Sevilha, na Espanha, evento patrocinado pela SOLCHA-Sociedade Latino Americana e Caribenha de História Ambiental, desenvolvido na Universidade de Carmona.

A busca e integração com as questões ambientais foram crescendo, então, passei a trabalhar com escolas, já em âmbito regional. Estas filantrópicas participações me abriram espaço, para escrever uma cartilha, falando da integração não só dos elementos, mas dos atores do meio ambiente, água, ar, terra, fogo, lua, sol, lixo, enfim sair do modismo de falar apenas de água e lixo.

Este trabalho foi amadurecendo com a proposta de proteção dos mananciais hídricos de minha região.

Quando surgiu a oportunidade em 1998, de conhecer o projeto de Bacias hidrográficas, ao qual me integrei chegando à coordenador da comissão provisória, por dez anos e primeiro presidente, reeleito, do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Piratinim, por quatro anos. O rio Piratinim está localizado na Região das Missões Jesuíticas, do Cone Sul, noroeste do Rio Grande do Sul, afluente do grande divisor de águas, o rio Uruguai.

Participando de um ENCOB- encontro nacional de comitês de bacias, tive a oportunidade de conhecer a Thereza Cristina e o João Clímaco, em Uberlândia-MG. Quando conheci o FONASC. Desta amizade nasceu o convite para visitar São Luis-MA, em evento na cidade da “balaiada”, em Caxias-MA, que tratou da educação infantil e ambiental.

Como sempre tive na veia o desejo da participação o envolvimento comunitário e a proposta de que: O que deve ser feito por mim, tenho que fazer eu. Pois sou um vetor dentro do contexto social e, portanto, tenho que ocupar meu espaço, seja em liderança ou em participação de grupo. Assim me integrei a mais este trabalho de buscar o envolvimento da sociedade civil nas questões ambientais, especialmente em recursos hídricos, a bandeira do FONASC.

Qual o papel do Fonasc no contexto da gestão das águas no país?

É difícil dizer que o FONASC é importante. Importante são as pessoas que fazem o FONASC assumindo suas responsabilidades e abrigadas neste guarda chuvas – o FONASC. Esta formação de grupo com foco determinado faz com que suas participações tenham relevância e com isto tornam o FONASC importante. A responsabilidade individual é o fio condutor, o conjunto das responsabilidades bem

conduzidas é que farão o tecido, formando um capital social respeitável e de utilidade para a sociedade. O segmento Comitê de Bacias não consegue sair do papel, pois a sociedade tem uma força muito grande, neste processo. Assim o governo perde espaço, perde poder, pois a sociedade crescendo o poder público lento e burocrático se vê acuado e em desvantagem. Logo, tudo que dele, governo, depender para o bom andamento do processo, se emperra. Até o momento a sociedade não conseguiu esta leitura para verdadeiramente organizar-se e ocupar seu espaço. O primeiro passo está dado, o FONASC oferece este abrigo e sua caminhada já consolidou uma proposta, precisamos da compreensão e adesão da sociedade.

Como percebe a questão da gestão das águas – bacias hidrográficas em sua região e no país?

Não existe gestão de águas! Existe gestão de interesses, econômicos e políticos. O sistema feudal e patriarcal, infelizmente, ainda corre com nossos recursos naturais. Os governos tem o poder e deste deriva a destinação dos recursos naturais.

Governo autoriza abrir poços, irrigar, fazer açudes, minerar e por aí vai, sempre o governo autoriza. Por vezes acontece como na hidroelétrica de Barra Grande, onde o “eia-rima” não viu quatro mil araucárias adultas que ficariam dentro do lago da usina. Isto é gestão de águas, quem autorizou?

A sociedade, o Comitê de bacias? Com certeza o órgão licenciador. Então pergunta-se isto é gestão?

Neste contexto, outros exemplos se multiplicam pelo Brasil. Porque não acontece a transposição de águas, como a do São Francisco, que rola há cem anos. No entanto, para o plantio de arroz no Rio Grande do Sul se transpõe quase 30% das águas superficiais do estado, anualmente. Nada contra, porém a conclusão é de que para uns é possível e fazemos já, para outros o assunto vira novela.

No Rio Grande do Sul está se fazendo um Plano Estadual de Recursos Hídricos onde não se fala de água subterrânea, porém, os mananciais do subsolo estão perdendo seus níveis, as bombas baixam dia a dia, buscando água. Mas, novos e novos poços são autorizados e no Plano estadual em estudo não se fala deste recurso.

Na chapada do apodi os aquíferos estão baixando seus níveis. A reposição é conhecida e menor que a exploração. Qual a solução que se está dando ao problema? Baixar as bombas, a água está cada vez mais profunda. Até quando teremos água.

Quais os desafios das representações das organizações civis no CBH e nos Conselhos para consolidar os princípios da participação social e democratização na gestão das águas?

Em primeiro lugar devemos saber onde estamos. No caso dos comitês de bacias a sociedade ainda não entendeu bem o seu papel e participa como se estivesse em um simples exercício de cidadania. Na verdade exercemos uma função no exercício de um direito do cidadão, mas, não ocupamos o espaço adequadamente, pois não defendemos esta participação com a consciência de estarmos em um colegiado que cuida da vida do planeta, das pessoas e dos seres vivos, isto tudo parece muito distante. O assunto assim colocado parece ser compromisso dos cientistas e não da sociedade.

Na verdade o que falta é empoderamento, que adquirimos pela falta do conhecimento

imposto no modelo de educação que não forma para a vida, não cria o empreendedor, forma para o trabalho e orienta para o emprego. Logo, sendo estes os atores assim será o espetáculo. A ordem geral é participa, mas não tenhas opinião. Se opinar você vai tumultuar o processo e atrapalha o resultado. Mas onde fica a construção eu não sou tijolo, eu tenho vontade própria, inteligência, raciocínio. Só que nestes conselhos é tudo modelo PF (Prato Feito).

Quando assumiu o CNRH?

Assumi o CNRH para a gestão 2012-2015, no dia 10 de julho de 2012. Tivemos a orientação do coordenador Nacional do FONASC, João Clímaco, de participarmos de diversas reuniões das Câmaras Técnicas do CNRH, para conhecer o sistema. Foi um exercício importante e de grande proveito para ocupar uma cadeira neste conselho que tem murchado e perdido espaço nos últimos anos. A gestão de águas em nosso país passou a ter um interesse assombroso e a sociedade não quer acreditar.

Como será sua atuação e plataforma no CNRH?

Participamos apenas de uma reunião, a de posse, onde os assuntos tratados já eram de nosso conhecimento por ter participado da discussão final nas CTs, respectivas, inclusive na Ctil, finalizando as redações que estariam em apreciação na plenária do conselho. Como já falei anteriormente este acompanhamento facilita uma melhor avaliação e possibilidade de abordagem com mais propriedade. Ao acompanhar as discussões nas CTs, o nível de compreensão do conteúdo de uma resolução ou moção se dilui diminuindo a complexidade da avaliação, ganha a sociedade.

Quais os grandes desafios a serem enfrentados ante essa representação no CNRH?

Entendo que o conselheiro que participa apenas das reuniões plenárias do conselho fica muito condicionado a situações de momentos, pressões corporativas e atropelamentos de votações. Logo tem uma participação efêmera e dissociada do real interesse social da medida apreciada. Este conselheiro é uma peça da engrenagem e desempenha uma ação mecânica. É um corpo sem alma. É neste momento que a atenção do representante da sociedade civil deve agir, apropriado do sentimento coletivo e conhecedor da abrangência que o texto legal terá na sociedade. Normalmente as regras são para impor limites, mas subterfugamente, asseguram direitos, preservam reservas de mercado ou muito pior concedem benefícios. Fica claro também, a indignação, de quem deseja que critérios formais, regimentos e regulamentos sejam seguidos. A presença de uma sociedade civil atenta dentro de um coletivo é o olho de David no colegiado. Incomoda por estar atento. Como diria Rui Barbosa “De tanto ver agigantar-se o poder nas mãos dos maus”, e por evidenciar-se competente diante da acomodação perversa dos que estão ali apenas para referendar o quorum.

O grande e maior desafio é ser um autêntico e vigilante representante da sociedade civil.